

Via Norte Sul Rodovias S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
acompanhadas do relatório do auditor independente

Ref.: Relatório nº 264OL-017-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Q ST SGAN, 601, Plano Piloto,
Quadra 601, Conj. H, Sala 1083,
Asa Norte - Brasília (DF) Brasil
T +55 27 3341-4729
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Via Norte Sul Rodovias S.A.
Sinop – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Via Norte Sul Rodovias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Norte Sul Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 04 de abril de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Brasília, 29 de abril de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC DF-004.081/F-4



Thiago Henrique Vasconcellos Crisol
Contador CRC 1SP-332.589/O-6 T-GO

Via Norte Sul Rodovias S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.196	4.011
Contas a receber	5	3.996	2.262
Impostos a recuperar	6	152	902
Despesas antecipadas	-	567	287
Outros créditos	-	-	5
Total do ativo circulante		7.911	7.467
Outros créditos	-	367	368
Impostos diferidos	18	932	-
Imobilizado	7	1.783	1.967
Intangível	8	82.289	78.269
Direito de uso	-	-	414
Total do ativo não circulante		85.371	81.018
Total do ativo		93.282	88.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Via Norte Sul Rodovias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	10	4.228	697
Empréstimos e financiamentos	9	321	22.818
Obrigações sociais e trabalhistas	11	781	695
Obrigações tributárias	12	778	601
Outras contas a pagar	-	28	5
Arrendamentos a pagar	-	-	35
Total do passivo circulante		6.136	24.851
Empréstimos e financiamentos	9	17	114
Partes relacionadas	17	20.476	-
Provisões demandas judiciais	19	715	234
Arrendamentos a pagar	-	-	372
Total do passivo não circulante		21.208	720
Total do passivo		27.344	25.571
Patrimônio líquido	13		
Capital social		69.119	69.119
Adiantamento para futuro aumento de capital		301	301
Prejuízos acumulados		(3.482)	(6.506)
Total do patrimônio líquido		65.938	62.914
Total do passivo e do patrimônio líquido		93.282	88.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Via Norte Sul Rodovias S.A.
Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	14	78.613	53.808
Custos dos serviços prestados	15	(70.249)	(45.615)
Lucro bruto		8.364	8.193
Administrativas e gerais	15	(4.756)	(4.335)
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	74	(380)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.682	3.478
Resultado financeiro líquido	16	(878)	(3.340)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.804	138
Imposto de renda e contribuição social – correntes	18	(712)	(36)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	18	932	-
Lucro líquido do exercício		3.024	102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Via Norte Sul Rodovias S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	3.024	102
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	3.024	102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Via Norte Sul Rodovias S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiant. para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	69.119	-	(6.608)	62.511
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	301	-	301
Lucro líquido do exercício	-	-	102	102
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69.119	301	(6.506)	62.914
Lucro líquido do exercício	-	-	3.024	3.024
Saldo em 31 de dezembro de 2025	69.119	301	(3.482)	65.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Via Norte Sul Rodovias S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos e contribuições	2.804	138
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o fluxo de caixa das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	15.730	13.887
Provisão para contingências	481	53
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	963	3.831
Provisão para perdas de crédito	-	61
Baixa de ativos	168	-
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.734)	471
Tributos a recuperar	38	(769)
Outros créditos	(274)	610
Obrigações trabalhistas	86	(304)
Obrigações tributárias	177	(460)
Fornecedores	3.531	299
Outras obrigações	23	(10)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	22.213	17.807
Fluxos de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Adições do Imobilizado	(102)	(1.088)
Adições do Intangível	(19.680)	(15.599)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(19.782)	(16.687)
Fluxos de caixa de atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	301
Pagamento de Empréstimos e financiamentos, principal e juros	(23.557)	(6.126)
Captação de mútuos	20.476	-
Pagamento de arrendamentos	(165)	(78)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(3.246)	(5.903)
Redução em caixa e equivalente de caixa	(815)	(4.783)
Demonstração das variações do caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.011	8.794
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.196	4.011
Redução em caixa e equivalente de caixa	(815)	(4.783)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

1. Contexto operacional

A Via Norte Sul Rodovias S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de fevereiro de 2021. O prazo de duração da Companhia é limitado ao termo final do Contrato de Concessão 006/2021/00/00 (30 anos a partir da sua celebração) contratado pelo Estado de Mato Grosso por intermédio da Sinfra/MT (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística), em 07 de abril de 2021. Este contrato é fundamentado no Edital de Concorrência Pública 004/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na sua edição de 04 de março de 2021, no qual a Companhia sagrou-se vencedora. O valor do contrato, na data-base 31 de dezembro de 2019, era de R\$1,6 bilhão, correspondente a previsão de receitas brutas durante todo o período de concessão, conforme o plano de negócios vencedor da licitação.

A Companhia tem por objeto social, única e exclusivamente, explorar a outorga de concessão, mediante a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à permissão de serviço público, precedida de execução de obra pública para exploração da rodovia M T-220, no trecho entre a BR-163 (Sinop) — entroncamento com a M T-410 (para Tabaporã), cuja extensão é de 138,4 km, mediante a cobrança de pedágio e receitas acessórias previstas pelas Leis Estaduais 8.264/04 e 9.120/09, bem como pela Lei Federal 8.987/95.

Operação da rodovia - A operação de pedágio da rodovia teve início em 27 de janeiro de 2023, após a conclusão e aprovação pelos órgãos competentes, como a Sinfra, Ager e Verificador Independente (VI), em relação aos parâmetros contratuais relativos à "Fase dos Trabalhos Iniciais". Atualmente, a Concessionária encontra-se no quinto ano do contrato, conforme previsto no Programa de Exploração Rodoviária (PER), denominado como "Fase de Recuperação da Rodovia", que teve início no segundo ano. Essa fase está programada para ocorrer entre o segundo e o décimo ano da concessão, de acordo com o cronograma estabelecido no PER. A Concessionária é submetida mensalmente a fiscalizações realizadas pela Ager, Sinfra e VI, este último emite o Relatório Geral de Verificação (RGV). A nota de desempenho da Concessão, resultante do RGV, influencia diretamente o cálculo do reajuste tarifário, com a média dos últimos 12 meses sendo um dos fatores determinantes.

Para o exercício de 2026, conforme cronograma contratual de ampliação e melhoria da rodovia, a Concessionária prevê a entrega, até 05 de maio de 2026, de quatro interseções, contemplando obras de implantação de iluminação e travessias de pedestres, em cumprimento às obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração Rodoviária.

Mudança de controle

Em abril de 2025, ocorreu a reestruturação societária da Companhia por meio da transferência de participação de 49,9% detida pela Centro Vias Construtora e Incorporadora, Participações e Armazéns Gerais Ltda. para a V.F. Gomes Participações Ltda.

Em 26 de março de 2025, por meio do protocolo SINFRA-TER-2025/06521, a Companhia encaminhou documentos referentes à solicitação de alienação das ações que a empresa Centro Vias Construtora, Incorporadora, Participações e Armazéns Gerais Ltda. detém junto à Via Norte Sul Rodovias S.A., em favor da empresa V.F. Gomes Participações Ltda.

Em 14 de abril de 2025, por meio da solicitação AGER-PRO 2025/00859 foi aprovado pelo poder concedente (SINFRA) o pedido de reestruturação societária, referente à transferência da cota societária (49,9%) pertencente à empresa Centro Vias Construtora, Incorporadora, Participações e Armazéns Gerais Ltda. em favor da empresa V.F. Gomes Participações Ltda., permanecendo a empresa Constral Construtora Ltda. com 50,1% das cotas da concessionária Via Norte Sul Rodovias S.A.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

2.2. Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A administração entende que a Companhia atende aos preceitos do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, que trouxe uma mudança na forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas sujeitas ao alcance do referido normativo contábil.

O ICPC 01 (R1) determina que a infraestrutura dentro de seu alcance não será registrada como ativo imobilizado do concessionário, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura dos serviços públicos. Este é um dos conceitos mais importantes mencionados nas normas contábeis, em outras palavras, o concessionário deverá registrar tais valores como ativos intangíveis, ativos financeiros ou ambos.

As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas para emissão pela Administração em 29 de abril de 2026.

2.2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir seu valor justo.

2.2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

2.2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e as revisões são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável.

As principais áreas em que a Administração exerce julgamentos e utiliza estimativas relevantes incluem, principalmente:

i) Contabilização de contratos de concessão - Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

ii) Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis - A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

iii) Provisões para demandas judiciais - A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para demandas judiciais, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

iv) Determinação das receitas de construção - A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

v) Imposto de renda e contribuição social - A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

3.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1.1. Ajuste a valor presente

Os saldos apresentados em contas a receber e contas a pagar, apresentam prazo de realização em curto prazo não necessitando serem ajustados a valor presente.

3.2. Resumo das principais práticas contábeis

3.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.2.2. Classificação de itens circulantes e não circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo da companhia.

3.2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes e outras são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosas: é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa quando existe uma evidência objetiva de que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

3.2.5. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas por redução ao valor recuperável. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e, no caso de ativos construídos internamente, inclui materiais, mão de obra direta e outros custos necessários para colocar o ativo no local e condição pretendidos pela Administração.

Custos subsequentes

Custos de reposição de componentes são capitalizados quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o custo puder ser mensurado com confiabilidade; o valor contábil do componente substituído é baixado. Custos de manutenção rotineira são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida pelo método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, revisadas periodicamente, as taxas aplicadas estão descritas na Nota Explicativa nº 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos no encerramento do exercício financeiro não constituindo quaisquer ajustes como mudança de estimativas contábeis.

3.2.6. Ativo intangível

A Companhia detém contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente

A Companhia reconhece o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05. Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão. Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com o prazo do Contrato de Concessão nos casos de estruturas prediais, pontes, contornos, ou pela vida útil econômica dos bens, nos casos de recapeamentos e dispositivos de segurança (sinalização vertical, horizontal), ou seja, a amortização dos ativos intangíveis leva em consideração a vida útil do ativo ou prazo de concessão, dos dois prazos o menor. O Contrato de Concessão não permite a obtenção de indenização de eventual saldo contábil não amortizado ao término da concessão.

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela companhia e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.2.8. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos, financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

3.2.9. Passivos contingentes e provisão para demandas judiciais e administrativas

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias;

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

A provisão para demandas judiciais e administrativas, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis e está registrada de acordo com a avaliação de risco efetuada pelos consultores jurídicos e administração da Companhia, inclusive quanto à sua classificação no não circulante.

3.2.10. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.2.11. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços e de locação somente é reconhecida quando os riscos e benefícios decorrentes da transação são transferidos ao contratante, o valor da receita pode ser estimado com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para a companhia.

A receita de serviços prestados de construção é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta a prática de mercado das empresas de concessão rodoviária.

3.2.12. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção e produção de um ativo qualificável são mensuradas no resultado através do método de juros efetivos.

3.2.13 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL"), abrangendo imposto corrente, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas:

(i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10%); (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos e contribuições diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias, base destes impostos, conforme nota explicativa nº 18. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

3.12.14 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumento de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação.

Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de divulgação das demonstrações contábeis (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.12.15 Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - R2 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa.

3.3 Normas e alterações aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

a) Alterações ao IAS 21/ CPC 02 (R2): Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

b) OCPC 10 e Resolução CVM 223/24 — Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão e CBIOS

Em dezembro de 2024, foi divulgado o OCPC 10, que estabelece diretrizes para reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS. A Resolução CVM 223/24 torna obrigatória a adoção da OCPC 10 para Companhias abertas. As políticas contábeis devem explicitar o modelo de negócios, a classificação contábil (ativo/ou estoque), os critérios de mensuração inicial e subsequente e os impactos no resultado e no patrimônio líquido. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais – R\$)

c) Tributação de dividendos (Lei nº 15.270/25)

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei nº 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das Companhias quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

3.4.2 Impactos contábeis relacionados a mudanças climáticas

Em novembro de 2025, o IASB publicou o documento embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Companhia não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados nos curto e médio prazos, considerando os estudos e monitoramentos realizados.

3.4.3 Normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a Companhias em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações contábeis.

3.4.4 IFRS 18/CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações contábeis - em vigor para as demonstrações contábeis iniciadas em ou após 1º de janeiro de 2027 com aplicação retrospectiva a da adoção antecipada não é permitida no Brasil

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), introduzindo novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado. As entidades devem classificar receitas e despesas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras.

A IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027 e a Companhia não fez adoção antecipada dessa norma, portanto não houve nenhum impacto nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

3.4.5 IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações e alterações

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis *internacionais (IFRS Accounting Standards)* apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações contábeis das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis.

3.4.6 Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações contábeis Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações contábeis.

3.4.7 Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações contábeis":

Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações contábeis. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas.

Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais *IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee)* e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) ou interpretações *IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee)* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3.5 Outros aspectos associados a divulgação**3.5.1 Reforma Tributária sobre o Consumo**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada Lei Complementar nº 214/2025.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

A partir de 2026, iniciou o período de transição até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º de janeiro de 2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025 na Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	59	59
Bancos	-	224
Aplicações financeiras	3.137	3.728
Total	3.196	4.011

As aplicações financeiras da Companhia são representadas por aplicações tanto de liquidez imediata como fundos de renda fixa remunerados sobre o CDI, o rendimento médio aferido nos períodos foi de 6,75% % a.a. em 2025 (10,14% a.a. em 2024).

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Sem Parar	2.134	1.535
Green Pass	559	373
Conectcar	298	108
Move mais	310	40
Operadoras de cartão de crédito	204	141
Evasões	271	-
Visa Vale pedágio	78	95
Veloe	116	5
Outras transitórias	32	20
Operadoras de cartão de débito	47	6
Subtotal	4.049	2.323
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos	(53)	(61)
Total	3.996	2.262

Consistem, substancialmente em saldos a repasse pelos operadores de meios eletrônicos de cobrança, apresentadas líquidas das taxas de administração e com prazo máximo de recebimento em 80 dias. A provisão para perdas esperadas de créditos foi reconhecida sobre as expectativas de glosas pelas operadoras.

5.1 Contas a receber por vencimento

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	1.562	-
Vencidos de 1 a 30 dias	1.780	1.935
Vencidos de 31 a 60 dias	42	8
Vencidos de 61 a 90 dias	38	10
Vencidos 91 a 120 dias	4	14
Vencidos 121 a 150 dias	13	2
Vencidos de 151 a 180 dias	51	8
Vencidos de 181 a 365 dias	144	262
Vencidos há mais de 365 dias	351	85
Total	4.049	2.323

Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa:

	Saldo
Saldo em 31/12/2024	(61)
(Aumento)/Diminuição	8
Saldo em 31/12/2025	(53)

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

6. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	99	635
Contribuição social	-	181
IRRF aplicações financeiras a compensar	53	86
Total	152	902

7. Imobilizado

As movimentações do imobilizado estão representadas no quadro a seguir:

	Taxa de depreciação	2023	Adições (depreciação)	2024	Adições (depreciação)	2025
Custo						
Móveis e utensílios	10%	218	236	454	-	454
Máquinas e equipamentos	10%	758	691	1.449	29	1.478
Torres	4%	29	-	29	-	29
Computadores e periféricos	20%	233	161	394	73	467
Total		1.238	1.088	2.326	102	2.428
Depreciação						
Móveis e utensílios	10%	(22)	(24)	(46)	(44)	(90)
Máquinas e equipamentos	10%	(52)	(104)	(156)	(139)	(295)
Torres	4%	(2)	(37)	(39)	(21)	(60)
Computadores e periféricos	20%	(59)	(59)	(118)	(82)	(200)
Total líquido		(135)	(224)	(359)	(286)	(645)
Total líquido		1.103		1.967		1.783

8. Intangível**8.1 Composição**

	Taxa de amortização	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Amortização acumulada	Total líquido	Custo	Amortização acumulada	Total líquido
Prédios operacionais	4%	34.918	(3.540)	31.378	34.918	(2.352)	32.566
Obras e conservação	4%	3.140	(310)	2.830	3.140	(199)	2.941
Gestão de contrato	4%	2.831	(293)	2.538	2.831	(193)	2.638
Software	4%	4.846	(414)	4.432	4.203	(242)	3.961
Terraplanagem	4%	5.719	(592)	5.127	5.719	(390)	5.329
Pavimento	10%	62.531	(33.420)	29.111	44.193	(20.679)	23.514
Outros investimentos	4% a 20%	10.592	(3.719)	6.873	10.109	(2.789)	7.320
		124.577	(42.288)	82.289	105.113	(26.844)	78.269

8.2 Movimentação nos exercícios

Custo	31/12/2024	Adições (amortização)	Baixas	31/12/2025
Prédios operacionais	34.918	-	-	34.918
Obras e conservação	3.140	-	-	3.140
Gestão de contrato	2.831	-	-	2.831
Software	4.203	643	-	4.846
Terraplanagem	5.719	-	-	5.719
Pavimento	44.193	18.501	(163)	62.531
Outros investimentos	10.109	536	(53)	10.592
	105.113	19.680	(216)	124.577
Amortização				
Prédios operacionais	(2.352)	(1.212)	-	(3.564)
Obras e conservação	(199)	(111)	-	(310)
Gestão de contrato	(193)	(100)	-	(293)
Software	(242)	(173)	-	(415)
Terraplanagem	(390)	(202)	-	(592)
Pavimento	(20.679)	(12.742)	-	(33.421)
Outros investimentos	(2.789)	(904)	-	(3.693)
	(26.844)	(15.444)		(42.288)
Total líquido	78.269			82.289

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

	31/12/2023	Adições (amortização)	Baixas	31/12/2024
Custo				
Prédios operacionais	34.284	634	-	34.918
Obras e conservação	3.140	-	-	3.140
Gestão de contrato	2.831	-	-	2.831
Software	3.404	799	-	4.203
Terraplanagem	5.719	-	-	5.719
Pavimento	31.709	12.315	169	44.193
Adiantamentos a fornecedores	169	-	(169)	-
Outros investimentos	8.258	1.851	-	10.109
	89.514	15.599	-	105.113
Amortização				
Prédios operacionais	(1.118)	(1.234)	-	(2.352)
Obras e conservação	(76)	(123)	-	(199)
Gestão de contrato	(93)	(100)	-	(193)
Software	(104)	(138)	-	(242)
Terraplanagem	(188)	(202)	-	(390)
Pavimento	(9.791)	(10.888)	-	(20.679)
Outros investimentos	(1.811)	(978)	-	(2.789)
	(13.181)	(13.663)	-	(26.844)
Total	76.333	-	-	78.269

9. Empréstimos e financiamentos**9.1 Composição**

Instituição Financeira	Modalidade	31/12/2025	31/12/2024
Banco ABC do Brasil	5,48% a.a. – Pós-fixado	-	22.463
Banco Caterpillar	12,55% a.a. – Pré-fixado	338	469
Total		338	22.932
Circulante		321	22.818
Não circulante		17	114

Garantias – As garantias prestadas aos financiamentos em 2025 correspondem aos próprios ativos financiados.

Covenants – Não há exigências quanto ao cumprimento de indicadores financeiros ou outras.

9.2 Movimentação nos exercícios

Saldo em 31/12/2023	25.227
Juros	3.831
Pagamento do principal e juros	(6.126)
Saldo em 31/12/2024	22.932
Juros	963
Pagamento do principal (a)	(20.540)
Pagamento de juros	(3.017)
Saldo em 31/12/2025	338

- a) No dia 10 de março de 2025, a Companhia efetuou a quitação do empréstimo com o Banco ABC no valor de R\$ 20.540.

10. Fornecedores

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores (a)	4.228	697

- a) O aumento correspondeu às obras de pavimentação e manutenção realizadas durante o ano de 2025.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	-	3
INSS a pagar	145	133
FGTS a pagar	60	41
Provisões de férias, 13º salário	548	493
Outros	28	25
Total	781	695

12. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
PIS a recolher	30	22
Cofins a recolher	140	102
IRRF terceiros	15	12
INSS terceiros	12	14
CSLL terceiros	-	1
PIS/Cofins/CSLL terceiros	43	38
Outros tributos a recolher	4	1
Tributos Ager	301	228
ISS a recolher	214	153
ISS a recolher terceiros	19	30
Total	778	601

13. Patrimônio líquido

Em 24 de abril de 2025 a V.F. Gomes Participações adquiriu as ações da Centro Vias Construtora, Incorporadora, Participações e Armazéns Gerais Ltda., o acordo de aquisição das ações contemplava também a prévia constituição de um mútuo conversível/não conversível no montante de R\$27.000, que seria destinado pela Companhia exclusivamente para liquidação de empréstimos com o Banco ABC.

Em abril de 2025, ocorreu a reestruturação societária da Companhia por meio da transferência de participação de 49,9% detida pela Centro Vias Construtora e Incorporadora, Participações e Armazéns Gerais Ltda. para a V.F. Gomes Participações Ltda. Após a operação, a Constral Construtora permaneceu como sócia e controladora da concessionária com 50,1% das ações da Via Norte Sul Rodovias S.A.

De tal forma que em 31 de dezembro de 2025, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$69.119, representado por 69.119.060 ações assim distribuídas:

	Em 31 de dezembro de 2025			Em 31 de dezembro 2024			
Em 31 de dezembro de 2025	Ações	Valor em R\$	Participação %	Ações	Valor em R\$	Participação	
Constral Construtora Ltda.	34.750.761	34.751	51%	34.750.761	34.751	51%	
Centro vias Construtora, Incorporadora, Participações e Armazéns Gerais Ltda.	-	-	-	34.368.299	34.368	49%	
VF Gomes Participações Ltda.	34.368.299	34.368	49%				69.119
Total	69.119.060	69.119	100%				

14. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de pedágio	67.093	59.939
Receita de serviço de construção (i)	18.383	-
Deduções da receita		
ISS	(3.072)	(2.744)
PIS	(436)	(390)
Cofins	(2.013)	(1.798)
Contribuição AGER	(1.342)	(1.199)
Total	78.613	53.808

(i) A receita de serviços de construção foi reconhecida de acordo com ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

15. Custos e despesas por natureza

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custos	Administrativas e gerais	Total	Custos	Administrativas e gerais	Total
Custos com pessoal	9.536	1.061	10.597	8.362	862	9.224
Prestadores de serviços	32.182	2.046	34.228	10.691	2.651	13.342
Amortização e depreciação	15.709	21	15.730	13.887	-	13.887
Veículos/equipamentos	9.963	719	10.682	5.942	215	6.157
Manutenção	947	261	1.208	2.794	186	2.980
Seguros	979	-	979	1.347	-	1.347
Outros	933	648	1.581	2.592	421	3.013
Total	70.249	4.756	75.005	45.615	4.335	49.950

16. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	248	812
Descontos obtidos	91	1
Outros	(17)	-
	322	813
Despesas financeiras		
Despesas financeiras	(134)	(64)
Encargos sobre financiamentos (i)	(963)	(3.831)
Taxa administração cartão	(54)	(201)
Outras despesas financeiras	(49)	(57)
	(1.200)	(4.153)
Total	(878)	(3.340)

(i) Os encargos sobre financiamentos apresentam uma redução em comparação ao ano anterior, devido a quitação do empréstimo com Banco ABC no mês de março de 2025.

17. Partes relacionadas

31 de dezembro de 2025		
	Resultado	Passivo não circulante
	Custos com serviços de drenagem	Mútuos a pagar
VF Gomes Participações Ltda. (a)	1.239	20.476

31 de dezembro de 2024	
	Resultado
	Custos com serviços de drenagem
Construtora Teles Pires Ltda.	5.171

(a) A Companhia mantém contratos de mútuo firmados com a VF Gomes Participações Ltda., tais contratos não preveem a incidência de juros ou atualização monetária. Os contratos firmados entre a Via Norte Sul Rodovias S.A e a VF Gomes Participações Ltda, não há prazo determinado para a restituição dos valores mutuados e nem incidência de juros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores da Companhia.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros. Em 2025 e 2024, a Companhia não pagou a suas pessoas da Administração remuneração nas categorias de a) benefícios de pós-emprego; b) remuneração baseada em ações; c) benefícios de longo prazo.

O gasto total com a remuneração em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$446 e em (R\$168 em 2024)

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

18. Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.804	138
IR e CS pela alíquota combinada de 34%	(953)	(47)
Adições e exclusões		
Provisão para contingências	164	18
Compensação de Base negativa de CSSL e Prejuízo fiscal	421	-
Outros	588	(7)
Total de IRPJ e CSLL	220	(36)
Despesa corrente IR/CS - corrente	(712)	(36)
Despesa corrente IR/CS - diferido	932	-
Total de IRPJ e CSLL	220	(36)
Alíquota efetiva	8%	-26%

Os saldos dos impostos diferidos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024	
	Base de cálculo	Cálculo diferido		Base de cálculo	Imposto diferido
Base de cálculo de base negativa e prejuízo fiscal	6.379	2.169	7.616		2.589
Provisão para perdas esperadas de créditos		715	243	234	80
Provisão para contingências		53	18	61	-
Total			2.430		2.690
Total não registrado			(1.498)		(2.690)
Total impostos diferidos			932		-

Os impostos diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de exercícios anteriores. A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos por meio da projeção de seu lucro tributável para os próximos 5 anos, registrando no imposto diferido ativo o saldo cuja expectativa de compensação ocorra neste período.

19. Provisão para demandas judiciais

A Administração, amparada por seus assessores jurídicos, considera que existem processos em curso cuja perda é considerada "provável". A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 31 de dezembro de 2025 e em 2024:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	523	229
Cíveis	192	5
Total	715	234

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui outras contingências cíveis e trabalhistas com perda classificada como "possível" no montante de R\$750 (R\$869 em 2024), com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não existem provisões constituídas e sendo exigida apenas a divulgação destes processos.

20. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia considera as coberturas contratadas suficientes para cobrir eventuais riscos e sinistros. A Companhia é responsável por obrigações assumidas pela contratação de seguro-garantia que visa garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades pertinentes à concessão, sendo que, em alguns casos, a Sinfra Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, é listada como segurado na apólice de seguros. O escopo dos auditores independentes não abrange a suficiência da cobertura de seguros.

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

21. Gestão de riscos financeiros

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro

a) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Companhia, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. A Companhia conta com linhas de crédito junto a instituições financeiras, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais. Dificuldades em realizar esses descontos, em acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento dos ativos e passivos da Companhia ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para seus compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, o crescimento da Companhia.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2025 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	338	22.932
Partes relacionadas a pagar	20.476	-
Arrendamentos a pagar	-	407
(-) Caixa e equivalente de caixas	(3.196)	(4.011)
(=) Sobre de caixa líquido das dívidas (dívida líquida)	17.618	19.328
Patrimônio líquido	65.938	62.914
Relação Patrimônio líquido e dívida líquida	26,72%	30,72%

**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais – R\$)

c) Análise de sensibilidade da taxa de juros

Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade para os riscos de taxa de juros, considerando o fechamento em 31 de dezembro de 2025. Esta análise considera o cenário provável conforme avaliação da Administração da Companhia. As premissas utilizadas para o cenário provável determinado pela Administração tiveram por base as informações disponíveis no mercado no Boletim Focus do Banco Central do Brasil:

				Cenário			
Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2025	Indexador	Cenário razoavelmente provável		
Aplicações financeiras							
liquidez imediata	CDI	100,00%	3.196	12,25%	392		
Empréstimos e financiamentos -							
Equipamentos		12,55%	(338)	12,25%	(41)		

SIMONE MARQUES
LOPES:87868393149
Assinado de forma digital por
SIMONE MARQUES
LOPES:87868393149
Dados: 2026.05.04 14:56:42 -04'00'

Simone Marques Gomes
Presidente do Conselho de Administração

BRUNO LOPES
GOMES:95731881200
1200
Assinado de forma digital
por BRUNO LOPES
GOMES:95731881200
Dados: 2026.05.04 14:57:10
-04'00'

Bruno Lopes Gomes
Diretor Presidente

ADRIANO LUIZ
BOZZA:02562738985
Assinado de forma digital por
ADRIANO LUIZ BOZZA:02562738985
Dados: 2026.05.04 11:23:58 -03'00'

Adriano Luiz Bozza
Contador, CRC 055687/O-1